

**ESCRITURA PÚBLICA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES,
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL, DENOMINADA BLOCO DE ONZE AEROPORTOS DO BRASIL S.A.**

No dia **02** do **mês** de **novembro** do **ano** de **dois** mil e **vinte** e **dois** (**16/11/2022**), lavro esta escritura, neste cidade de São Paulo/SP, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provimento CNJ 100/2020, forma pela qual se fazem presentes, perante mim, escrevente do 3º Tabelião de Notas da Comarca de Capital de São Paulo, as seguintes **"Partes"**: como **"Outorgante"**, **Aena Desenvolvimento Internacional S.M.E. S.A.**, sociedade anônima constituída de acordo com a legislação espanhola, com código de identificação fiscal - CIF A-37250883 e Número Único de Identificação - EUID N° ES28065.000577186, inscrita na Junta Comercial de Madrid junto ao número 11288, folio 144 e seguintes, folha M-177425, regida por seu estatuto social vigente, conforme Certificação da Junta Comercial de Madrid datada de 31/05/2022, devidamente apostilada, acompanhada de tradução juramentada e registrada junto ao 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo sob o n° 2.235.124 de 22/07/2022, com sede na Espanha, Madrid, na calle Peonías n° 12, neste ato representada por seu mandatário **Fernando José de la Cruz Sainz de Cenzano**, espanhol, solteiro, economista, contador do n° 1992278, com o código de identificação fiscal - CIF A-10199.4444, inscrita na Junta Comercial de Madrid junto ao número 11288, folio 144 e seguintes, folha M-177425, regida por seu estatuto social vigente, conforme Certificação da Junta Comercial de Madrid datada de 20/10/2022, escriturada em 27/10/2022, devidamente apostilada, acompanhada de tradução juramentada e registrada junto ao 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo sob o n° 9.996.161 de 10/11/2022, com domicílio profissional na Rua Barão de Souza Leão, n° 425, 19º andar, Boa Viagem, cidade de Recife, Estado de Pernambuco; como **"Secretária"** **RENATA DE ABREU MARTINS**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo sob o n° 382.949, inscrita no CPFMPE sob o n° 099.598.117-51, detentora do e-mail rmartins@aenabrazil.com.br, com domicílio profissional na Rua Barão de Souza Leão, n° 425, 19º andar, Boa Viagem, cidade de Recife, Estado de Pernambuco; e, como **"Advogado"**, **GREGORY DE OLIVEIRA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o n° 186.412, portador do RG n° 265789954-DETRAN/RJ, inscrito no CPFMPE sob o n° 058.053.227-01, com domicílio profissional na Rua Tabapuã, 1227, 14º andar, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, detentor do e-mail Gregory.Campos@lefosse.com. **DA IDENTIDADE E DA CAPACIDADE DAS PARTES.** As partes, devidamente identificadas e habilitadas, em suas respectivas qualidades, em vista das atas e dos documentos apresentados no original e retro mencionados, estando os presentes plenamente capazes e em gozo de perfeito juízo e entendimento, ao que dou fé pública. Os referidos representantes declararam, em relação às sociedades que ora representam, sua responsabilidade pessoal, que não existem outros atos societários mais atuais aos retro indicados ou que de algum modo os alterem. Os presentes declaram que todos os dados de qualificação pessoal acima mencionados são verdadeiros e estão atualizados. **DA FINALIDADE DO ATO.** Por este ato, as Partes desejam realizar a assembleia geral de constituição da Sociedade por Ações, subsidiária integral, denominada **Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.**, nos termos abaixo.

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES,
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL, DENOMINADA BLOCO DE ONZE AEROPORTOS DO BRASIL S.A.**

1. Data, hora e local: No dia 16 de novembro de 2022, às 09:00 horas, realizada virtualmente pela plataforma e-notariado, sendo a lavratura feita na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2859, CEP 01452-000.

2. Presença: Aproveita o subscritor da totalidade do capital social da Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A., companhia a ser constituída, conforme boletim de subscrição que faz parte do presente documento como **Anexo I** (**"Boletim de Subscrição"**).

3. Mesa: Presidente, Sr. Fernando Santiago Yú Sáenz de Cenzano; e Secretária, Sra. Renata de Abreu Martins. **4. Ordem do dia:** (i) deliberar a respeito da constituição de uma sociedade por ações subsidiária integral de capital fechado sob a denominação de **"Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A."** (**"Companhia"**) e aprovar o seu Estatuto Social; (ii) deliberar sobre a subscrição do capital social da Companhia; (iii) deliberar sobre a constituição da Administração da Companhia; (iv) deliberar sobre o Plano de remuneração dos membros do Conselho de Administração; (v) deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) eleger os membros da Diretoria da Companhia; e (vii) deliberar sobre a remuneração global anual dos diretores da Companhia. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista da Companhia resolveu o quanto segue: **5.1 Constituição.** Aprovou a constituição da Companhia nos termos do art. 36 da Lei 13.448/17, a ser regida pelo Estatuto Social constante do **Anexo II** a este documento, o qual foi aprovado na sua integralidade; **5.2 Subscrição.** Subscrevu 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fixado nos termos do Artigo 14 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (**"LSA"**), conforme alterada, representativas da totalidade do capital social da Companhia, correspondente a R\$ 10.000 (dez mil reais), nos termos do Boletim de Subscrição, sendo que 1.000 ações, correspondentes a 10% das ações ora subscritas, serão integralizadas a partir desta data em dinheiro, no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais), a serem depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da LSA, de acordo com o Recibo de Depósito que será apresentado à Junta Comercial do Estado de São Paulo, para fins de averbação no Registro Nacional Migratório sob o nº F189227B, inscrito no CPF/ME sob o nº 101.926.411-14, residente e com domicílio profissional para os efeitos deste ato na Rua Peonias, 12, 28042, Madrid, Espanha, como presidente do Conselho de Administração; (ii) Sra. Maria José Cuzca Chamorro, cidadã espanhola, divorciada, licenciada em ciências econômicas e empresariais, portadora do Passaporte nº PAE735817, residente e com domicílio profissional para os efeitos deste ato na Rua Peonias, 12, 28042, Madrid, Espanha, como membro do Conselho de Administração; (iii) Sr. José Leo Vizcalino, cidadão espanhol, casado, economista, portador do Passaporte nº PA0906835, residente e com domicílio profissional para os efeitos deste ato na Rua Peonias, 12, 28042, Madrid, Espanha, como membro do Conselho de Administração; (iv) Sr. Rodrigo Marabini Ruiz, cidadão espanhol, casado, engenheiro aeronáutico superior, portador do Passaporte nº PAA301624, residente e com domicílio profissional para os efeitos deste ato na Rua Peonias, 12, 28042, Madrid, Espanha, como membro do Conselho de Administração; (v) Sr. Roberto Ángel Ramírez García, cidadão espanhol, casado, economista, registrado no RNN sob o nº F1892321, inscrito no CPF/ME sob o nº 101.926.411-14, residente e com domicílio profissional para os efeitos deste ato na Rua Barão de Souza Leão, nº 425, 19º Andar, Boa Viagem, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51.030-300, como membro do Conselho de Administração. **5.3 Os Conselheiros eleitos neste ato são investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse (com declaração de desimpedimento) a serem lavrados em livro próprio e que constituem parte do Anexo III** ao presente documento, e permanecerão em seus cargos até que seus respectivos sucessores tomem posse. **5.3.3 Os Conselheiros exercerão suas respectivas funções de acordo com os termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável.** **5.4 Plano de remuneração dos membros do Conselho de Administração:** em conformidade com o recém aprovado Parágrafo Primeiro do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, restou aprovado o Plano de Remuneração dos membros do Conselho de Administração, que deve orientar a fixação da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo o referido Plano de Remuneração sido arquivado na sede social da Companhia. **5.5 Fixação da Remuneração do Conselho de Administração.** Em conformidade com o disposto no Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, restou aprovado o Plano de Remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia para os exercícios de 2022 e de 2023, conforme documentos devidamente arquivados na sede social da Companhia.

5.6 Eleição da Diretoria. Elegeu os seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia para um mandato de 3 (três) anos contados a partir da presente data: (i) Sr. **Fernando Santiago Yú Sáenz de Cenzano**, cidadão espanhol, solteiro, economista, registrado no Sistema de Registro Nacional Migratório (**"RNN"**) sob o nº F189227B, inscrito no CPF/ME sob o nº 101.926.411-14, residente e com domicílio profissional para os efeitos deste ato na Rua Barão de Souza Leão, nº 425, 19º Andar, Boa Viagem, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51.030-300, eleito neste ato para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) Sr. **Roberto Ángel Ramírez García**, cidadão espanhol, casado, economista, registrado no RNN sob o nº F1892321, inscrito no CPF/ME sob o nº 101.926.411-14, residente e com domicílio profissional para os efeitos deste ato, na Rua Barão de Souza Leão, nº 425, 19º Andar, Boa Viagem, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51.030-300, eleito neste ato para o cargo de Diretor Econômico-Financeiro. **5.6.2 Os Diretores eleitos neste ato são investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse (com declaração de desimpedimento) a serem lavrados em livro próprio e que constituem parte do Anexo III** a este documento, e permanecerão em seus cargos até que seus respectivos sucessores tomem posse. **5.6.3 Os Diretores exercerão suas respectivas funções de acordo com os termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável.** **5.7 Fixação da Remuneração da Diretoria.** Em conformidade com o disposto no Artigo 6º, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, aprovou-se a remuneração anual global da Diretoria da Companhia para os exercícios de 2022 e de 2023, conforme documentos devidamente arquivados na sede social da Companhia. A remuneração individual dos membros da Diretoria será fixada oportunamente em Reunião do Conselho de Administração. **5.8 Publicações.** A Assembleia Geral aprova a indicação do jornal **"Diário de Notícias"** para as publicações da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral foi encerrada, após a qual a presente ata foi lavrada, lida e assinada pelo acionista.

ESTATUTO SOCIAL DA BLOCO DE ONZE AEROPORTOS DO BRASIL S.A.

CAPÍTULO I: Denominação, Duração, Sede e Objeto Social Artigo 1º - A concessionária **BLOCO DE ONZE AEROPORTOS DO BRASIL S.A.** é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado por ações, subsidiária integral da AENA DESARROLLO INTERNACIONAL S.M.E. S.A., sociedade constituída sob as Leis da Espanha, com sede em Madrid (Espanha), com endereço na Calle de Peonías, nº 12, inscrita no NIF sob o nº A/37250883 e inscrita no CNPJ sob o nº 33.716.848/0000-70, ora regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (a Lei nº 6.404/1976), com prazo de duração determinado correspondente ao prazo de validade da concessão de uso das áreas aeroportuárias objeto do presente Contrato, conforme estabelecido no artigo 3º abaixo (a **Companhia**), **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e seu principal estabelecimento em São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 1293, 4º Andar, Bairro Casa Verde, CEP: 01.410-904. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá abrir, transferir e fechar filiais, escritórios e sucursais em qualquer lugar do território nacional, por deliberação do seu Conselho de Administração, observado o disposto neste Estatuto Social e nas disposições legais cabíveis. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários integrantes do Bloco SP/MS/AM/GO, propriamente o Aeroporto de Congonhas São Paulo/SP (SBSP), Aeroporto de Campo Grande - Campo Grande/MS (SBCG), Aeroporto de Corumbá - Corumbá/MS (SBCR), Aeroporto Internacional de Ponta Porã - Ponta Porã/MS (SBPP), Aeroporto Maestro Wilson Fonseca - Santarém/PA (SBSE), Aeroporto João Correia da Rocha - Marabá/PA (SBMA), Aeroporto Carajás - Parauapebas/PA (SBCJ), Aeroporto de Altamira - Altamira/PA (SBHT), Aeroporto Ten. Cel. Aviação César Bombonato - Uberlândia/MS (SBLU), Aeroporto Mario Ribeiro - Uberlândia/MS (SBLU), Aeroporto de Uruapan - Uruapan/GO (SBLU), Aeroporto de Brasília - Brasília/DF (SBDF) e as especificações do contrato de concessão, por firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Infraestrutura Integrada e a Administração Pública Federal indireta, submetida a regime administrativo especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, **"ANAC" ou "Poder Concedente"** e a Companhia (o **"Contrato de Concessão"**), em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Lelão nº 01/2022 (o **"Edital do Lelão"**), **Capital Social e Ações Artigo 4º** - O capital social totalmente subscrito e a ser integralizado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real). **Parágrafo Primeiro** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de R\$ 4.124.033.397,00 (quatro bilhões, cento e vinte e quatro milhões, trinta e três mil, trezentos e sete reais), com emissão de até 4.124.033.397 (quatro bilhões, cento e vinte e quatro milhões, trinta e três mil trezentos e sete reais) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração, a quem compete a sua forma de integralização. **Parágrafo Segundo** - As integralizações de capital serão chamadas pela Diretoria da Companhia e deverão respeitar as disposições da Lei nº 6.404/1976, do Edital do Lelão e do Contrato de Concessão. **Parágrafo Terceiro** - Após o(s) aumento(s) de capital realizado(s) dentro do limite de capital autorizado, a Assembleia Geral deverá deliberar e aprovar demais aumentos de capital da Companhia que se façam necessários. **Parágrafo Quarto** - As emissões e colocações de ações e debêntures conversíveis em ações serão realizadas com observância do direito de preferência assegurado aos acionistas, conforme disciplinado pelo artigo 171 da Lei nº 6.404/1976, bem como, se for o caso, a decisão anuência prévia ou Comunicação posterior para ao Poder Concedente. **Parágrafo Quinto** - É vedada a emissão de partes beneficiárias e bônus de subscrição pela Companhia, salvo mediante prévia e expressa anuência da ANAC. **Artigo 5º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Primeiro** - O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais pela Companhia. **Parágrafo Segundo** - A Companhia, nos termos do Contrato de Concessão, não poderá emitir ações preferenciais. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia, nos termos de Administração. **Da Administração Artigo 6º** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos em lei e por este Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - A remuneração anual global da Administração será fixada pela Assembleia Geral anualmente. A Assembleia Geral poderá estabelecer, ainda, a individualização da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria (adiante definida) e, se houver, das comissões criadas pelo Conselho de Administração. Quando a Assembleia Geral não fixar o montante individual global da remuneração dos membros do Conselho de Administração, competirá ao Conselho de Administração a deliberação acerca da sua individualização. Por outro lado, a individualização da remuneração dos Diretores caberá, sempre, ao Conselho de Administração. A Assembleia Geral poderá, ainda, aprovar e a qualquer tempo modificar um Plano de Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, estabelecendo os critérios gerais para individualização da remuneração dos membros da Administração de sua Companhia. Tal plano, uma vez aprovado, vinculará o Conselho de Administração quando da individualização da remuneração de seus membros. O Conselho de Administração, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, não poderá estabelecer o plano de remuneração, devendo observar os requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades contemplados na referida Lei, dispensando-se a constituição de caução em garantia das suas respectivas gestões. **Conselho de Administração Artigo 7º** - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais residentes ou não no Brasil, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Companhia, com mandato útil de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Eventuais suplentes poderão ser eleitos pela Assembleia Geral da Companhia para substituir os membros do Conselho de Administração em suas ausências ou impedimentos. **Parágrafo Primeiro** - Ao Conselho de Administração caberá deliberar sobre as matérias fixadas na Lei nº 6.404/1976 e neste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo** - Na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração será escolhido o presidente do Conselho de Administração, sendo certo que o presidente do Conselho de Administração não possuirá voto de qualidade. **Parágrafo Terceiro** - A investidura nos cargos de membros do Conselho de Administração far-se-á por prazo de validade de um ano próprio, adotado pelo Conselho de Administração, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, e a cada ano, a Assembleia Geral da Companhia estabelecerá o calendário das eleições. **Parágrafo Quarto** - O Conselho de Administração poderá substituir os membros do Conselho de Administração em suas ausências ou impedimentos. **Parágrafo Quinto** - O Conselho de Administração poderá substituir o respectivo membro efetivo em ausências temporárias, impedimentos ou em caso de vacância do cargo. **Parágrafo Primeiro** - No caso de vacância dos cargos de membro efetivo do Conselho de Administração e de seu suplente, se for o caso, os membros remanescentes indicarão um substituto que exercerá o cargo até o provimento em definitivo pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto eleito até o término do mandato do substituído. **Parágrafo Segundo** - No caso de vagas concomitantes superiores a 1/3 (um terço) de seus membros, será convocada a Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias contados do evento que deu causa à substituição, para eleição e posse dos substitutos, cujo mandato coincidirá com o dos demais Conselheiros. **Funcionamento do Conselho de Administração Artigo 9º** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - A cada ano, na 1ª (primeira) reunião do Conselho de Administração, que será sua primeira, após o final do 1º (primeiro) trimestre, o Conselho de Administração definirá o calendário das reuniões do Conselho de Administração, a serem realizadas ao longo do ano. **Parágrafo Segundo** - O Conselho de Administração poderá convocar reuniões extraordinárias, a serem realizadas ao longo do ano. **Parágrafo Segundo** - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração sempre deverão ser feitas por escrito a cada membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, por carta entregue a cada um dos membros em mãos, mensagem eletrônica (e-mails) sujeita a confirmação ou carta registrada com aviso de recebimento. As convocações conterão, além da data, hora e local da reunião, breve descrição das matérias da ordem do dia, dispensada a convocação nas reuniões em que se verifique a presença da totalidade dos Conselheiros em exercício. Poderá, excepcionalmente, ser reduzida a antecedência mínima de convocação, na hipótese de realização de reunião objetivando a continuidade de discussões de matérias incluídas na ordem do dia, porém não deliberadas em reuniões anteriores, desde que presentes os mesmos Conselheiros presentes na reunião anterior. **Parágrafo Terceiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas ordinariamente por seu Presidente ou seu respectivo suplente, quando aplicável, e extraordinariamente por no mínimo 2 (dois) outros (dois) membros do Conselho de Administração, e o Conselho de Administração poderá, quando necessário, convocar reuniões extraordinárias por qualquer um de seus membros. **Parágrafo Quarto** - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda aos membros do Conselho de Administração, a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto por escrito ao Presidente. As reuniões realizadas em observância aos termos deste parágrafo serão consideradas entre presentes. **Parágrafo Quinto** - O Conselho de Administração somente deliberará com a presença da maioria de seus membros em exercício e as deliberações do Conselho de Administração se darão por maioria dos votos dos presentes. **Atribuições do Conselho de Administração Artigo 10º** - Ao Conselho de Administração caberá deliberar sobre as matérias fixadas na Lei nº 6.404/1976 e neste Estatuto Social, incluindo: (a) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social; (b) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (c) convocar a Assembleia Geral por meio de seu Presidente ou na ausência deste, por seu suplente nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976 e deste Estatuto Social; (d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (e) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (f) aprovar a compra de ações de emissão da Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação de ações que estejam em tesouraria; (g) estabelecer a política e a orientação geral dos negócios da Companhia segundo os termos deste Estatuto Social e em conformidade com as deliberações tomadas em Assembleia Geral; (h) aprovar o orçamento plurianual ou qualquer alteração do mesmo; (i) aprovar o orçamento anual ou qualquer alteração do mesmo; (j) aprovar critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios, e fixação de parâmetros anuais para pagamento de remuneração variável aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia (i.e., diretores e gerentes); (k) aprovar o critério para fixação do preço de emissão de novas ações da Companhia; (l) determinar o levantamento de balanços trimestrais ou relativos a períodos menores, bem como autorizar o pagamento de dividendos em dinheiro, em espécie ou em ações, e a distribuição de lucros em ações, e a distribuição de lucros em ações, em balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou em balanços intercalares, na forma prevista em lei; (m) aprovar o reitor (e cancelamento de registro) da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como a listagem da Companhia, ou admissão de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, em bolsas de valores ou mercados e sistema de negociação primária ou secundária, no Brasil e no exterior; (n) aprovar o resgate, amortização, recompra ou qualquer outro tipo de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (o) aprovar quaisquer transações da Companhia com seus administradores, partes relacionadas da

administração de partes relacionadas; (p) aprovar o endividamento da Companhia; (q) aprovar a contratação pela Companhia de novos financiamentos, empréstimos e/ou garantias; (r) aprovar a contratação de operações financeiras que contenham cláusula de vencimento antecipado da dívida da Companhia em caso de não cumprimento de obrigação de terceiro; (s) aprovar a aquisição, alienação, renúncia a direitos, transferência de bens do ativo não-circulante da Companhia; (t) aprovar a doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos; (u) aprovar a prestação, pela Companhia, de qualquer fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a terceiros; (v) aprovar a celebração de aditivos ao Contrato de Concessão firmado pela Companhia; (w) aprovar o regimento de funcionamento do Conselho de Administração; (x) nomear, destituir os auditores independentes; (y) aprovar a contratação, pela Companhia, de obras e serviços de engenharia e respectivos orçamentos, em valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (z) alterar de forma relevante as políticas contábeis e práticas de divulgação de informação da Companhia; (aa) aprovar a contratação de qualquer serviço de consultoria, de qualquer natureza, cujo valor total não exceda os limites de competência da Diretoria, dentro de suas próprias atribuições **Parágrafo Único** - Os seguintes documentos permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Companhia: (i) contratos firmados pela Companhia e suas partes relacionadas e (ii) documentos relativos a quaisquer programas de opções de compra de ações, títulos ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 10-A** - O Conselho de Administração poderá criar comitês e/ou comissões ("Comissões") com a finalidade de atuar exclusivamente no âmbito interno da Companhia, com as atribuições determinadas pelo próprio Conselho de Administração. O presidente, o secretário e os demais membros das Comissões serão nomeados pelo Conselho de Administração, em deliberação tomada pela maioria dos membros presentes. Os membros das Comissões poderão ou não ser membros também do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - As Comissões serão regidas pelas disposições estabelecidas neste Estatuto Social e, se houver, nos regulamentos específicos, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - As Comissões poderão ser criadas para atuar em qualquer uma das áreas de atuação da Companhia e suas partes relacionadas, com as atribuições determinadas pelo Conselho de Administração e, em particular, quanto à convocação de reunião, delegação de representação a favor de outro membro da Comissão em questão, constituição, sessões não convocadas, deliberação e regime de adoção das deliberações, votando por escrito e sem sessão e aprovação das atas das reuniões. **Parágrafo Segundo** - A investidura no cargo de membro de qualquer das Comissões dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo membro nomeado ou seu representante, conforme o caso, dispensada a prestação de qualquer garantia. Os termos de posse dos membros das Comissões serão lavrados no livro de atas do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro** - As Comissões prestarão contas periodicamente para o Conselho de Administração. A periodicidade será determinada pelo próprio Conselho de Administração. **Artigo 10-B** - O Conselho de Administração constituirá, com caráter permanente, uma Comissão de Auditoria ("Comissão de Auditoria"), órgão interno de caráter informativo e consultivo, sem funções executivas, com o propósito de informar, assessorar e formular propostas ao Conselho de Administração no âmbito de sua atuação (discriminada no **Parágrafo Primeiro** deste artigo). **Parágrafo Primeiro** - A Comissão de Auditoria será composta por cinco (5) membros, a saber: (i) três (3) membros não executivos, nomeados pelo Conselho de Administração. Nada obstante, a Comissão de Auditoria poderá atuar caso, pelo menos, 2 (dois) de seus membros tenham sido nomeados. Todos os membros da Comissão de Auditoria deverão ser necessariamente membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - A investidura no cargo de membro da Comissão de Auditoria dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo membro nomeado ou seu representante, conforme o caso, dispensada a prestação de qualquer garantia. Os termos de posse dos membros da Comissão de Auditoria serão lavrados no livro de atas do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro** - O mandato dos membros da Comissão de Auditoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. No entanto, deixarão de exercer tal cargo antes do final do mandato se, por qualquer motivo, deixarem de ser membros do Conselho de Administração ou se o Conselho de Administração assim decidir, mediante deliberação tomada pela maioria dos membros presentes. Tais regras se aplicam integralmente inclusive ao presidente da Comissão de Auditoria, quando este não for membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Quarto** - O Conselho de Administração poderá estabelecer regras específicas de funcionamento da Comissão de Auditoria de acordo com as disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Quinto** - O Presidente da Comissão de Auditoria será o membro do Conselho de Administração, assinado por todos os seus membros, que deverá ficar à disposição de todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Sexto** - No caso de vacância ou na ausência do Presidente da Comissão de Auditoria, o membro da Comissão de Auditoria que ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração há mais tempo ocupará o cargo de Presidente da Comissão de Auditoria até a eleição, no caso de vacância, pelo Conselho de Administração, do próximo presidente. **Parágrafo Sétimo** - O cargo de secretário da Comissão de Auditoria será ocupado pelo Secretário do Conselho de Administração, que comparecerá às reuniões, mas não terá direito a voto. **Parágrafo Oitavo** - As reuniões da Comissão de Auditoria serão convocadas ordinariamente pelo Presidente da Comissão de Auditoria e, extraordinariamente, por no mínimo 2 (dois) de seus membros, e serão instaladas com quórum mínimo de metade mais um de todos os seus membros. **Parágrafo Nono** - A Comissão de Auditoria somente deliberará com a presença da maioria dos seus membros, sendo necessária a maioria simples para a aprovação de qualquer proposta submetida à Comissão de Auditoria. **Parágrafo Décimo** - A Comissão de Auditoria será regida pelas disposições estabelecidas neste Estatuto Social para o Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá estabelecer regras específicas de funcionamento da Comissão de Auditoria de acordo com as disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Décimo Primeiro** - Será lavrada a respectiva ata das reuniões da Comissão de Auditoria, assinada por todos os seus membros, que deverá ficar à disposição de todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Décimo Segundo** - Será de competência da Comissão de Auditoria, sem prejuízo de qualquer outra função que o Conselho de Administração lhe venha a atribuir: (a) apoiar o Conselho de Administração nas suas funções de fiscalização, quando solicitado, podendo reportar à Assembleia Geral de Acionistas sobre as questões que surgirem relacionadas às matérias da competência da Comissão de Auditoria; (b) atuar no âmbito dos sistemas de informação e controle interno, informação financeira, controle e gestão de riscos, coordenação dos órgãos responsáveis pelo compliance da Companhia, controle de qualidade, controle de custos e controle de processos; (c) coordenar a elaboração do relatório anual do Sistema de Compliance; (d) submeter a proposta de nomeação do auditor externo ao Conselho de Administração, fiscalizar a execução do plano de auditoria e a aplicação das recomendações do auditor externo; zelar e preservar a sua independência do auditor externo no exercício das suas funções; (e) analisar e opinar a respeito das contas anuais da diretoria da Companhia e prestar informações a respeito para o Conselho de Administração, previamente à apresentação e deliberação sobre as contas na Assembleia Geral; e (f) prestar informações para o Conselho de Administração sobre negócios jurídicos a serem firmados entre a Companhia e partes relacionadas, para que o Conselho de Administração possa aprovar ou não a realização de tal negócio jurídico. **Parágrafo Décimo Terceiro** - A Comissão de Auditoria atuará, sob a coordenação do Presidente da Comissão de Auditoria, na defesa dos interesses sociais, contribuindo para a boa governança corporativa da Companhia, de acordo com o disposto neste Estatuto Social. Para tanto, contará com os recursos materiais e humanos, internos ou externos, adequados e razoáveis, necessários ao exercício de suas funções e responsabilidades, podendo, no entanto, se assim o entender, solicitar a verba necessária ao exercício de suas funções e responsabilidades, para que o Conselho de Administração possa aprovar ou não a realização de tal negócio jurídico. **Parágrafo Décimo Quarto** - A Comissão de Auditoria elaborará relatório anual contendo as atividades por ela desenvolvidas, a ser apresentado para o Conselho de Administração. **Diretoria Executiva Artigo 11** - A Diretoria Executiva é composta por, no mínimo, 2 (dois) no máximo, 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Diretor Comercial; (iv) Diretor de Operações, Infraestruturas e TIC; (v) Diretor de Relações com Investidores, caso a Companhia venha a se tornar de capital aberto, além de outros, podendo tais cargos ser cumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura

Lula ignora pressão interna e faz gesto à área militar ao definir Múcio na Defesa

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva decidiu antecipar a escolha do ministro da Defesa e dos comandantes militares após o anúncio de que os atuais titulares das Forças Armadas vão deixar os cargos em dezembro. Lula convidou na segunda-feira o ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) José Márcio Monteiro para assumir o comando da Defesa.

Ao fazer o gesto, o presidente eleito ignorou pressão de dirigente e parlamentares petistas e de aliados contra Múcio, que é visto como o “candidato do Forte Apache”, uma referência ao quartel-general do Exército. Nos bastidores, dirigentes do PT pediram a Lula que insistisse com o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim para que ele voltasse à pasta. O petista mostrou contrariedade com a cobrança.

Múcio tem a simpatia da área militar. Foi elogiado até mesmo pelo vice-presidente Hamilton Mourão (mais informações nesta página). Eleito cinco vezes deputado federal, ele já foi ministro das Relações Institucionais no governo Lula, de 2007 a 2009, e é conhecido por ser um hábil negociador no Congresso. Ao deixar a equipe de Lula, ele ingressou no TCU, indicado pelo petista.

O ex-ministro se aposentou em 2020, aos 72 anos, três anos antes do prazo para a saída compulsória. O presidente Jair Bolsonaro o convidou para entrar no governo e escolher o cargo. “Eu sou apaixonado por você, José Múcio. Gosto muito de Vossa Excelência”, disse Bolsonaro, em dezembro daquele ano.

Jobim chegou a ser sondado antes de o Estadão revelar que os atuais comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica planejam entregar seus cargos, no mês que vem. O plano dos generais provocou estranheza no gabinete de transição porque os novos comandantes assumiriam antes do novo ministro da Defesa e da posse de Lula.

Escola de Contagem (MG) é vandalizada com símbolos nazistas

Um colégio público de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, foi alvo de vândalos na madrugada de terça-feira, 29. A Escola Municipal José Silvino Diniz foi invadida, depredada e teve as paredes picadas com suásticas e referências a Hitler.

Uma exposição sobre o mês da Consciência Negra também foi destruída. Testemunhas relataram à polícia que a diretora teria sido ameaçada e que o cenário era de destruição: vasos de plantas quebrados, bancos, cadeiras jogadas no meio do pátio, muito lixo no chão, além de cacos de vidros.

O ataque ocorre quatro dias após o massacre que deixou quatro mortos em duas escolas de Aracruz, no Espírito Santo. O autor dos tiros, um ex-aluno de 16 anos que foi apreendido, vestia uma roupa com uma suástica.

Nas pichações desta madrugada na escola de Contagem, os criminosos fazem menção também a um jogo eletrônico chamado Bully. Nele, jogadores assumem o papel de um “estudante endiabrado” que foi expulso de várias escolas e tenta ascender socialmente na instituição. Para passar de fase, o jogador “enfrentará valentões, será bode expiatório de professores, irá pregar peças, ganhar ou perder a garota e finalmente aprender a superar os obstáculos da pior escola da área”.

Os casos de ataques a escolas com uso de símbolos nazistas têm se tornado frequentes no País e em Minas Gerais. No dia 23 de novembro, um banheiro da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), no município de Divinópolis, foi pichado com ofensas a judeus, suásticas e exaltação a Hitler, responsável pela morte de mais de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1956).